



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ATA N.º 88

Sessão Ordinária de Junho

2.ª reunião em 25-06-2013

Aos vinte cinco dias do mês de Junho de dois mil e treze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Maria Isabel Silva Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, David Paiva Martins, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Maria Inês de Sousa Botelho de Azevedo Mineiro, Carlos Alberto Martins Nunes, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Adélio Correia Marques da Silva, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Júlio Campos Soares, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, António Rodrigues Santos Ferreira Neto e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes membros:

Victor Manuel da Silva Martins, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Maria Celina Capão Lourenço França Alves e Nuno Manuel Marques Pereira. [001](#)

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes os Vereadores, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, e José Manuel Gaspar Martins (chegou às 21.00 horas).

O Presidente de Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, não esteve presente nesta reunião.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, António Rodrigues Santos Ferreira Neto e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra. [003](#)

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, Telmo Viera Martins, Antero Marques dos Santos, e Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, se fizeram substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira, Carlos Alberto Martins Nunes, Adélio Correia Marques Silva, e Júlio Campos Soares, respetivamente.

Os sucedâneos na lista de candidaturas, Joana Cristina Rodrigues Santos Dias, Nelson Ricardo esteves Peralta, Rui Miguel Bartolomeu Maio, Celme Cristina de Jesus Tavares, e António Manuel Santos Salavessa, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

PONTO 2. – 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL - DELIBERAÇÃO;

(A [deliberação](#) tomada pela Câmara Municipal, em reunião Extraordinária de 22/04/2013, sobre os assuntos em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Vereador⁰⁰⁴ com o pelouro, em virtude da ausência do Presidente da Câmara, para a apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:⁰⁰⁵

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Cara Mesa. Srs. Deputados. Caros colegas Vereadores. Em relação a este ponto é algo que já cá trazemos pela terceira vez. É uma revisão orçamental que tem como objectivo primeiro a inclusão do saldo de gerência do ano anterior, algo habitual após a aprovação das contas do ano. E, neste caso, também algo que é importante referirmos e que tem a ver com o subsídio de férias da função pública. Como sabem o Orçamento do Estado de dois mil e treze não contemplava esta previsão de despesas, a Câmara Municipal tinha feito o orçamento nessa base e houve a necessidade de o ajustar a esta nova realidade. Ao contrário do que é habitual, informar, por isso, que o saldo de gerência não foi introduzido retirando outras receitas mas foi apenas e só adicionado àquilo que era o Orçamento Municipal. É tudo para já. Se quiserem, estarei disponível para qualquer questão.”

De seguida o Presidente da Mesa procedeu à inscrição dos senhores deputados para as intervenções sobre o assunto em epígrafe.

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁷

“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Ex.mos Srs. Deputados. Ex.mos Srs Vereadores. Demais presentes. A observação desta revisão orçamental permite concluir que esta não é uma revisão tão simples quanto aparenta aquilo que foi dito aqui. Da mesma forma que permite concluir, redundantemente, que esta não é uma revisão orçamental que vise apenas a inclusão de quatrocentos mil euros para o pagamento, justo, dos subsídios de férias dos funcionários da autarquia. Ora, o saldo seria de setecentos e vinte e seis mil euros. Logo, um ponto nove milhões de euros de inclusão de reforços resultam, portanto, e é uma conclusão que se pode tirar, da redução de despesas do orçamento original. Da mesma forma que se percebe onde é que se foi buscar parte desse dinheiro. E aqui é que a coisa se torna ainda mais grave. Deste dinheiro, trezentos e vinte mil euros são retirados do orçamento das escolas, particularmente daquilo que era a reconstrução na Vera Cruz que passa de quinhentos e setenta e oito mil euros para duzentos e cinquenta e oito mil euros. Sensivelmente metade. No caso dos investimentos nos centros de saúde, quer de Cacia, quer de Esgueira, mais uma vez os investimentos desaparecem. Quarenta e três mil, no caso de Cacia, e quarenta mil, no caso de Esgueira. Nota-se ainda, observando o documento, que outros investimentos emblemáticos, se assim quisermos, que a Câmara procura dar-lhes corpo e dimensão, também desaparecem. Como o Parque da Alegria Intergeracional, com menos cinquenta mil euros, ou o Centro de

Monitorização Ambiental com menos cento e trinta mil euros. Por aqui também se explica por onde veio parte substancial deste dinheiro que entra agora em revisão. Note-se ainda que, e repito, isto não serve apenas para a inclusão de quatrocentos mil euros para pagamento de salários, no documento está também prevista a realização de uma transferência para o Capital Social da AdRA, na casa dos quatrocentos e trinta e três mil euros. Há ainda transferências para as Freguesias, setecentos e setenta e oito mil euros. Dinheiro para pavimentações, quatrocentos e oitenta mil euros. Limpeza de valetas, duzentos e sete mil euros. Portanto, e concluía por aqui, esta não é uma revisão meramente administrativa. De facto, esta revisão orçamental tem um fundo político, tem opções políticas de fundo, tem, salvo seja a expressão e o seu simbolismo, “filhos e enteados”. Tem, de facto, opções claras. Estranham-se, por um lado, cortes na saúde, na educação, e, por outro lado, aparece, finalmente, ao fim de tantos anos, dinheiro para pavimentações, limpezas de valetas e tal. Nem parece nada, nada, nada, que há aqui um espírito eleitoralista.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁸

“Boa noite a todos os presentes. Bem, a primeira pergunta que impõe nesta revisão orçamental é como é que o Executivo da Câmara Municipal de Aveiro geriu, ou está a gerir, a questão do subsídio de férias dos seus funcionários. E se o subsídio de férias ainda não foi pago, e não o foi, a Câmara está a desrespeitar esses funcionários. Primeiro porque o orçamento é anual e não mensal. Ou seja, o pagamento desses subsídios não depende da aprovação, nem da discussão, aqui, hoje, desta revisão orçamental. É verdade que o diploma que regula a reposição do subsídio de férias já foi publicado. É verdade que já está em vigor. Mas se, por um lado, essa reposição dos subsídios de férias e de natal se dá de forma diferente consoante o ordenado de cada funcionário, é mais verdade ainda que este diploma só existe devido a uma clamorosa falta de respeito pela Constituição, pelo Governo do PSD e do CDS. Posto isto, depois do chumbo do Tribunal Constitucional ao Orçamento do Estado para dois mil e treze, qualquer Câmara Municipal com um Executivo que respeite minimamente os seus funcionários, o que tem a fazer ou o que tinha a fazer era pagar o subsídio de férias em junho, como é de direito, na totalidade e a todos os funcionários sem excepção. Aliás, muito mais importante que o diploma que o Governo aprovou agora é a Lei, nomeadamente, a que rege os contratos de trabalho em funções públicas e que ficou em vigor logo ao chumbo do Tribunal Constitucional ao Orçamento do Estado para dois mil e treze. Não é ao Governo que cabe decidir, também nos termos da Constituição, a forma como se processa o pagamento dos subsídios aos respectivos trabalhadores. É à Câmara. E, portanto, o pagamento atempado desses subsídios de férias a todos os trabalhadores é uma responsabilidade política, exclusiva deste Executivo. E é também uma condição obrigatória para que o Bloco de Esquerda deixe, ou deixasse, passar esta revisão orçamental. Eu queria, gostava de acreditar, que esta Câmara Municipal de Aveiro, a mesma que em ano de eleições decidiu, de forma singela, dar um dia de férias a mais aos funcionários no dia do seu aniversário, tinha a consciência que o subsídio de férias é um direito inalienável e fundamental dos trabalhadores. Mas não acredito e, de facto, mostrou não ter porque me lembro do Vereador Pedro Ferreira, em tempo de discussão orçamental, deste orçamento, precisamente, se orgulhava de estar a poupar nos salários do pessoal. Ou seja, estar feliz com o empobrecimento dos trabalhadores. E não acredito também, muito simplesmente porque este Executivo tem uma marca bem profunda do PSD e do CDS. Élio Maia, PSD e CDS mostram ser, em Aveiro, uma espécie de agência de execução de austeridade do Governo PSD-CDS. Élio Maia até se pode vir a candidatar sem os partidos, mas que tem a marca, tem. E para acabar esta primeira intervenção eu gostava de saber a que propósito é que se cortou tanto na conservação das vias. Duzentos e doze mil euros anulados na manutenção das ruas e estradas do Concelho. Não conhecem as estradas de Aveiro? Não veem que está tudo esburacado? Não sabem que Aveiro é motivo de chacota no país inteiro por

causa do estado a que as ruas chegaram? Ou será que vão, um bocadinho antes das eleições, passar um fininho lençol de alcatrão só para mascarar a realidade. Por aqui fico.”

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁹

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa noite a todos os presentes. Relativamente a esta revisão orçamental a minha primeira intervenção é muito breve. De facto, o documento apresenta alterações significativas que vão muito para além da inclusão do saldo de gerência. Eu penso que seria conveniente perceber qual é a lógica que dominou nesta definição de prioridades em retirar alguns montantes a algumas rubricas e adicionar montantes a outras rubricas. Sem essa explicação, olhando para os números, os comentários serão muito parcos. Vão para além de uma interpretação pessoal. Diria que é conveniente ou, pelo menos, pediria ao Sr. Vereador que acrescentasse mais qualquer informação para podermos votar em consciência.”

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁰

“Boa noite a todos. Nesta primeira intervenção vou ser breve. Para nós nesta bancada, esta Revisão Orçamental mais não visa que regular o pagamento do subsídio de férias aos funcionários da Câmara Municipal e regularizar a integração do saldo gerência anterior. E como já se fez no passado e várias vezes, esta bancada irá em princípio aprovar esta Revisão Orçamental.”

Vogal António Neto (BE)⁰¹¹

Vogal Paulo de Jesus (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹²

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito boa noite a todos. Sobre este ponto da Ordem de Trabalhos, tendo em conta que estamos a falar em revisão do orçamento, eu acho que era útil retomar a pergunta do meu colega Francisco Picado, na última Assembleia Municipal, relativamente à execução orçamental em si. Era importante que fosse dito, já que estamos a falar de uma revisão orçamental, como é que está a decorrer a execução orçamental, neste momento. Nomeadamente, como é que está a correr na componente mais sensível que é a componente de receitas e que pode afectar, significativamente, a situação financeira da Câmara. Dito isto, alargava o âmbito da minha intervenção dizendo o seguinte. Se o PS já estava preocupado com a gestão financeira do património municipal, por parte deste Executivo, o discurso da Câmara Municipal e do PSD, na última Assembleia, ainda nos deixa muito mais preocupados relativamente à situação financeira da Câmara. É nossa obrigação alertar os aveirenses para esse facto. Do lado da Câmara vê-se pavimentações e, pelos vistos, ainda mais pavimentações afirmadas e reafirmadas pelo Sr. Presidente da Câmara. Nós ficamos satisfeitos porque, evidentemente, estamos muito insatisfeitos com a situação viária. Actividade do Teatro Aveirense ao rubro. Inaugurações do Parque da Sustentabilidade todas na mesma data, etc., etc., etc. Isto num ano, considerado por alguns, ‘horribilis’ em termos de depressão económica do nosso país e de depressão de receitas. E se há coisa que é importante na gestão de qualquer organização é a gestão da sua tesouraria. E como nós não acreditamos no “milagre da multiplicação dos pães”, apesar de ser uma alegoria interessante, a questão está em saber como é que a Câmara pensa em gerir a sua tesouraria, num ano em que caiem prestações pesadas do empréstimo e que caiem os pagamentos de todas estas obras, em ano de eleições. É normal que os Executivos tentem, em ano eleitoral, realçar a sua obra. O que não é normal é que hipotéquem tudo para ganharem eleições. E, portanto, essa questão é absolutamente importante. O PSD está agora, na última reunião da Assembleia Municipal,

preocupado com o aumento do passivo da Câmara. E descobriu que há acréscimos e deferimentos nas contas da Câmara. E está preocupado com o avançar da parceria público-privada que hipoteca, pelos visto já não avança e ainda bem, o estacionamento de superfície. Mas a mesma parceria público-privada se hipotecasse toda a rede escolar do Concelho, o PSD já não estava nada preocupado, neste mandato. É evidente que é nossa função fiscalizar, mas a fiscalização entre pares que têm, evidentemente, acesso a informação, supostamente, com maior facilidade, não é privilegiada porque a Câmara não faz isso, mas com mais facilidade de diálogo, esta preocupação final do PSD indicia que a Câmara está em muito má situação financeira e a cair numa situação gravíssima, a este nível. Com este enquadramento da revisão orçamental, com este enquadramento nacional, a Câmara tem de dizer mais do que a única coisa que está a transferir que é um saldo de um ano para o outro e a ter em conta esses cabimentos porque está num órgão de fiscalização que pretende saber a real situação financeira da Câmara e esta tem a obrigação de nos esclarecer. Para já, na primeira ronda, disse.”

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Pedro Machado Pires da Rosa)

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[013](#)

“Muito boa noite. Estamos aqui a apreciar uma revisão orçamental, não estamos aqui a discutir de uma forma vaga e ‘inconcisa’ tudo aquilo que o Partido Socialista pretende discutir, mais do ponto de vista político do que propriamente do conteúdo que está em apreço. Isto tem, única e exclusivamente, a ver com uma alteração orçamental. Não estamos aqui a discutir o grau da execução do orçamento, não me parece que seja esse o escopo deste ponto da Ordem de Trabalhos. Mas eu compreendo que, politicamente, quando não há nada a dizer sobre determinada matéria se queira pescar onde se puder. Neste caso, sem apanhar peixe nenhum. Aliás, acho curioso o tipo de argumentação que é dada, quando até aqui o Executivo ainda não tinha apresentado uma obra estava ser crucificado pela oposição porque ainda não tinha apresentado. Agora que se está a ver a luz ao fundo do túnel e que estão em fase de acabamento algumas obras, ‘aqui d’el Rei’ porque querem ganhar as eleições e estão a hipotecar a Câmara. E isto, francamente, não é fazer política. Isto não é fazer política. Desculpe. Isto é fazer outra coisa menos política séria. E isto dito por alguém que nos acusou de contorcionismo político e outras coisas que tais, quando esquecendo-se que, de facto, foi o Partido Socialista que nos colocou nesta situação penosa em que andamos todos a viver há dois mandatos e que nos vai obrigar a não transigir com a despesa, se calhar, durante mais dois mandatos ou três mandatos. E é o mesmo partido que colocou o país na situação em que está e que agora assobia para o lado e age, procede, como se nada fosse, como se tivessem passado vinte anos e não uns meros dois anos sobre a data em que o povo português disse que chegava de levar o país ao fundo. E a verdade é que é mais difícil construir e reconstruir do que destruir, porque distribuir o dinheiro que não se tem, à tripa forra, sem qualquer responsabilidade, é coisa que qualquer pessoa sabe fazer. Isso é a coisa mais fácil que há quando se é demagogo. Agora, quando se têm responsabilidades e quando se está limitado àquilo que são as receitas da autarquia e são as receitas do país, aí o caso muda de figura. E quando do exterior nos exigem responsabilidades e sacrifícios para poder continuara a entrar aquilo que é o dinheiro necessário para poderem pagar a todos nós, ‘aqui d’el Rei’ nós já não temos nada com aquilo que nós próprios ajudamos a fazer. Se há contorcionismo político é, efectivamente, do Partido Socialista que já esqueceu quem é o pai e quem é a mãe dos problemas que estão a ser vividos pelos portugueses e, já agora, pelos aveirenses. Portanto, esta questão é fundamental e é uma questão política. E eu estou a responder-vos do ponto de vista político.

Agora vou à questão da revisão orçamental. O Executivo apresenta, e bem, a inclusão do saldo de gerência, cumpre um preceito legal. Nada a obstar relativamente a isso. E faz uns ajustamentos, como me parece que o Partido Socialista quer fazer crer, são peças dinâmicas, são previsões. Não estamos na União Soviética. Não estamos aqui em regime autoritário e são bem-vindas todas as alterações que demonstram flexibilidade na forma como se executa este Orçamento. Se há mais receita ou se há mais despesa, naturalmente, como as pessoas na Câmara lidam dentro da legalidade, para haver cabimentação, têm que proceder às necessárias e respectivas alterações orçamentais. É disso que se está a falar. Se não o fizessem corriam o risco de vir qualquer inspecção e muito justamente alertar para irregularidades, e seriam graves, de estarem a fazer despesa, fossem para os parques ou fossem para as escolas ou para outra coisa qualquer, que não estava devidamente cabimentada. E aí estávamos todos metidos num sarilho. Portanto acho muito bem que a Câmara preveja e que faça as correcções adequadas de modo a poderem executar o seu programa. E nesta fase tenho dito.”

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:⁰¹⁴

“Sr. Presidente, muito obrigado. Tentarei explicar algumas das situações e permitam-me, na intervenção inicial, explicar os dois motivos para esta revisão. Como é óbvio, nós aproveitando, e como sabem nós só podemos fazer duas revisões por ano, aproveitámos esta para limar algumas das situações que tínhamos em carteira, adaptando, como disse, e bem, o deputado Olinto àquilo que são as realidades que vão surgindo. A primeira nota que gostaria de vos transmitir é, por exemplo, esta questão das vias. Os Srs. Deputados, alguns, fizeram a menção dos cortes em relação àquilo que eram valores para conservação de vias. Na realidade, se repararem, há verbas inscritas para as Juntas de Freguesia. Isto partindo de um pressuposto e de uma conversa que existiu com todas as Juntas de Freguesia no sentido de se saber aquelas que, por si próprias, e como compreendem, em vez de ser só um organismo, neste caso a Câmara, a fazer, se forem catorze entidades diferentes teríamos, como é óbvio, capacidade para chegar a mais entidades. Por outro lado, dizer-vos também que há aqui alguns objectivos, nomeadamente, referiram e bem, a questão dos objectivos sociais. Duas notas. Os centros de saúde, como sabem, dependem de candidaturas, candidaturas essas que, há data de hoje, não estão abertas, em termos de MaisCentro. Esperamos em breve poder executar. Ter dinheiro numa rubrica que depois não vai ser executada não faz sentido. Não estamos a falar de manutenção de centros de saúde, estamos a falar de construção de novos centros de saúde, que só serão possíveis se houver financiamento. E se o financiamento não está, neste dia, assegurado não vale a pena termos o dinheiro ali parado. Em relação às escolas e, como viram, há uma derrapagem para o ano seguinte em termos de cronograma de obra. Então não faz sentido, mais uma vez, termos o dinheiro naquela rubrica, só para dizer que não há cortes nas despesas sociais ou nos objectivos sociais. Há qui alguns acertos em relação àquilo que é o trabalho normal do município.

Uma nota, eu sei que o Sr. Deputado não querará saber a resposta, não estará interessado porque o objectivo não foi não perceber, foi apenas e só dizer mal, e que tem a ver com a questão dos subsídios. Apesar de haver rubrica, o subsídio, como sabem, de Natal, este ano foi pago em duodécimos. E, portanto, muito daquela rubrica já está executada. Não havia o suficiente para corresponder a todos os subsídios. Dou-vos nota que esta revisão orçamental foi aprovada em reunião de Câmara em vinte e um de abril. Só para termos esta noção que estas coisas foram pensadas com tempo. Obviamente houve atrasos, da responsabilidade, com certeza, da Câmara Municipal, assumiremos isso, mas tudo dentro da legalidade que é aquilo que nós pretendemos dizer.

Uma última nota em relação à questão da execução e deste ano ser um ano complicado. Em dois mil e dez tive a oportunidade de dizer que os anos de dois mil e doze e de dois mil e treze eram os anos mais difíceis em termos de execução do saneamento financeiro. São os anos,

nomeadamente o de dois mil e treze, onde o maior encargo com capital, não de juros porque isso é outra questão, era o maior que nós tínhamos. E nós temos a consciência que este é um ano que em termos de gestão de tesouraria teremos de trabalhar sempre nos limites da gestão. Não tem nada a ver com parte económica mas tem a ver com tesouraria. Tentaremos sempre, dentro daquilo que nós pretendemos, gerir as coisas melhor. Este ano, em termos de execução, dizer-vos que estamos acima do ano anterior, à data, apesar de, como sabem, o IMI ter sido dividido em três prestações ao contrário dos anos anteriores. Com certeza que há aqui alguma imprevisibilidade, até porque isto não estava determinado no início do ano, e, portanto, nós iremos sempre tentar manter-vos informados desta questão.”

Membros da Assembleia

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁵

“Eu ouvi logo no princípio desta sessão o Vereador Pedro Ferreira dizer que esta revisão orçamental se baseia em dois factores. O primeiro a transferências do saldo de gestão; segundo, o pagamento do subsídio de férias. Não é só isso mas, de facto, também é isso. O que eu não ouvi aqui foi um pedido de desculpas aos trabalhadores da Câmara Municipal de Aveiro. E ele é devido. O chumbo do Orçamento do Estado para dois mil e treze, pelo Tribunal Constitucional, foi no princípio de abril, deu-se no princípio de abril, como é, aliás, normal. Logo no dia seguinte a esse chumbo entrou em vigor, como é normal, a lei que rege os contratos de trabalho na Função Pública e que diz que o subsídio de férias é para ser transferido para as contas dos trabalhadores até junho. O que é que a Câmara fez? Esperou exactamente por junho para trazer essa revisão orçamental à Assembleia Municipal. E o próprio Vereador Pedro Ferreira até disse aqui que a revisão orçamental, ria à vontade, acabou de dizer aqui que a revisão orçamental foi aprovada, na Câmara, a vinte e um de abril. Ou seja, o pagamento dos salários devia ter sido feito logo, imediatamente em junho. E não foi. E não foi porquê? Por desrespeito total pelos trabalhadores. A conclusão que se tira daqui é que este Executivo PSD-CDS atrasou propositadamente o pagamento do subsídio de férias que é devido aos funcionários. Tenho dito. Obrigado.”

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto n.º 2 – 1.ª revisão Orçamental – deliberação,⁰¹⁶ sendo a mesma aprovado por maioria com vinte e três votos a favor (PSD18+CDS4+IND1), sete abstenções (PS7), e três votos contra (BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto dos Vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰¹⁷

“Senhor Presidente, eu gostaria de fazer a minha declaração e voto a minha intervenção.”

Vogal Ivar Corceiro (BE):⁰¹⁸

“O Bloco votou contra por várias razões, mas a principal é que esta revisão orçamental revela acima de tudo uma falta de respeito enorme, deste executivo, para com os funcionários da Câmara Municipal de Aveiro.”

PONTO 3. – MOTRINDE – MONTAGENS TÉCNICAS E REPARAÇÕES INDUSTRIAIS, LDA - RECONHECIMENTO DE INTERESSE ECONÓMICO PARA O CONCELHO - DELIBERAÇÃO;

(A [deliberação](#) tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 21/02/2013, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Vereador [019](#) com o pelouro, em virtude da ausência do Presidente da Câmara, para a apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:[020](#)

“Muito rapidamente. Para efeitos de uma candidatura ao sistema de incentivos de qualificação e internacionalização, a empresa MOTRINDE, solicita esta apreciação, e este reconhecimento de interesse económico.

Feita a análise pelos serviços e devido a diversas análises que foram feitas, nomeadamente ao número de empregados, à responsabilidade ambiental e social que a empresa tem e também ao nível económico que apresenta, sendo de destacar o prémio PME líder 2009.

Aquilo que nós trazemos aqui é o reconhecimento, de facto, de interesse económico para o concelho — para efeitos apenas e só de candidatura ao sistema de incentivos. Muito obrigado.”

De seguida o Presidente da Mesa procedeu à inscrição dos senhores deputados para as intervenções sobre o assunto em epígrafe.

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[022](#)

“Senhores Deputados, demais presentes, Senhores Vereadores. Francamente, apenas perguntas. As perguntas são na constatação de um facto. Olhando para os documentos apresentados é referido que o pedido da MOTRINDE entra nos Serviços em 06 de Dezembro de 2012! A acta do executivo camarário em que isto terá sido analisado está datada de 21 de Fevereiro de 2012! Portanto, eu depois estive a ver, só podem ter sido gralhas, só pode ter sido gralha. Mas pronto era para avisar que está ali uma gralha que deve ser corrigida. Pronto tudo bem.

As questões que eu gostaria de colocar ao Senhor Vereador, são várias. A primeira é o reconhecimento de interesse económico! Eu gostaria de perguntar muito taxativamente quais são portanto as implicações que isto tem para a empresa Motrinde ou uma outra qualquer, que não apenas o efeito de pena no chapéu? Qual é portanto a vantagem disto?

Segunda questão, porquê agora? Sinceramente, não sei se irá responder a isto, mas porquê agora?

Terceira questão, porque não todas as empresas do concelho? Visto que todas as empresas do concelho empregam gente de Aveiro, tirando alguns casos, mas a maior parte empregam gente de cá, bem como são tantas, tantas, tantas as empresas que também fazem alguma daquela prestação à sociedade portanto, com subsídios ou contribuições.

Outra questão ainda é se este reconhecimento do interesse económico hoje, não poderá trazer outro tipo de benefícios no futuro que não apenas o embelezamento duma candidatura?

E no futuro? A questão é no futuro. E se eventualmente no futuro houver alterações daquilo que são os efeitos do reconhecimento económico? E para já tenho tudo.”

(Entretanto deu entrada na sala a Vogal Maria Inês Sequeira Bastos Abreu)

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[023](#)

“Bem, o que pede a empresa aqui suponho eu é apenas o reconhecimento de interesse económico, para que esta consecutivamente possa integrar esse reconhecimento na candidatura ao sistema de incentivos, à qualificação e internacionalização ao programa do QREN, direccionado às pequenas e médias empresas. É só isto — é a pergunta que eu quero fazer. É só isto?

Pronto. Tendo em conta o perfil da empresa aqui apresentada e principalmente porque não se trata de benefícios (e queria sublinhar esta parte) directos com dinheiros públicos, o BE até pode eventualmente não se opôr a este Ponto. No entanto eu gostava de referir que o problema da análise que se faz às empresas neste tipo de situações sofre sempre do mesmo (e aqui não foi excepção à regra) isto é: - diz-se que a empresa contrata 180 pessoas por exemplo! Ainda bem que o faz. Mas com que tipo de contrato e com que salário? Nunca se sabe.

Actualmente o que há mais são empresas com 180 funcionários, mas pagos pela Segurança Social porque estavam desempregados há mais de um ano e estão sempre a rodar por empresas que vão aproveitando o contexto económico e político em que vivemos.

Actualmente o que há mais é empresas que passam o tempo a criar estágios para trabalhadores que nunca ganham mais do que o subsídio de alimentação, na expectativa de ter um contrato que nunca mais chega.

Eu não estou a dizer que a Motrinde segue esta política desastrosa para os cidadãos e para os trabalhadores.

Na verdade não sei se o segue. Mas não o sei porque isso nem sequer vem aqui referido. Não há um quadro do Balanço da empresa! Ora se não vem referido é porque não houve pré requisito nesse âmbito para esta candidatura — e devia haver sempre. Nesta e em todas as outras candidaturas de empresas que pretendam solicitar isto à Câmara Municipal, à autarquia. Muito obrigado.”

Vogal Ana Seiça Neves (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[024](#)

“Boa noite a todos. Eu só queria “muito brevemente” usando a palavra que é muito querida aqui ao meu colega de bancada Pires da Rosa, dizer o seguinte: - são poucas as empresas que apresentam pelo menos uma situação que me parece de acordo com os elementos que aqui estão, que a Motrinde apresenta.

Certamente que o facto de ser uma PME, que até já teve alguns prémios, não sei quais foram os critérios, mas teve alguns prémios, que se situa em Aveiro, que consegue inclusivamente que alguns trabalhos sejam deslocados de outros sítios para virem para Aveiro, acho que nos merece toda a consideração.

Por outro lado, é do conhecimento que tem feito muitos contratos de trabalho com internacionalizações, por exemplo para Espanha e para a Alemanha — que anteriormente eram trabalhos feitos por empresas de outros países.

Por outro lado, também, gostaria de salientar o facto de se encontrar aqui também muito perto. A situação leva-nos a pensar e a ter alguma esperança que é uma daquelas empresas que certamente não irá entrar numa situação económica difícil, é isso que nós esperamos. E que esse reconhecimento que vieram pedir à Câmara certamente os irá ajudar a continuar e a manter aqueles postos de trabalho que hoje em dia são de facto importantíssimos.

Ainda também o seu carácter social, uma vez que também é uma empresa que faz alguma intervenção junto da comunidade, ajudando algumas campanhas, seja por exemplo as corridas do cancro, seja para a igreja, seja para outros. Portanto traz vários benefícios. Eu penso que é uma das empresas de que não se fala muito, mas se calhar é uma empresa que está a trabalhar bem e que merece todo o nosso respeito. Tenho dito.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰²⁵

Vogal Paulo de Jesus (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁶

“Muito obrigado Senhor Presidente. Eu começava a minha intervenção por dizer que de facto esta é uma matéria que me deixa extremamente satisfeito que venha à Assembleia Municipal. E deixa-me extremamente satisfeito, não só pela matéria em si (que já irei falar a seguir) mas pela possibilidade que nos dá de marcar uma diferença absoluta de visão sobre a matéria económica face a partidos como o BE e capacidade do BE de dizer alguma coisa minimamente neutra sobre algum privado que desenvolva actividade em qualquer parte do país. É notável e eu não queria deixar de assinalar, que tenho uma visão radicalmente oposta e não concordo com isso, portanto isto permite-me dizer isso.

E portanto, sobre esta matéria, queria dizer o seguinte: - se esta matéria vem à Câmara Municipal e à Assembleia, é porque há uma candidatura, há um sistema de incentivos, e essa candidatura ao sistema de incentivos em princípio pressupõe contrapartidas em termos de investimento, em termos de uma série de parâmetros, isso é evidente. E portanto, isso evidentemente é bom para o concelho de Aveiro e nós saudamos esta empresa por se estar a candidatar e esperemos que tenha viabilidade nessa matéria.

Ora esta questão vem, mas nós como deputados municipais não temos culpa de esta questão do reconhecimento interesse económico para o concelho é evidente. Nós não temos nenhuma razão contra, é evidente que tem interesse económico, como têm muitos outros investimentos. E portanto parece que ao estarmos a reconhecer este, não reconhecemos outros, etc., nós não controlamos isso. Mas isto parece quase, nem a Câmara tem competências para fiscalizar matérias mais profundas em termos da validade dos projectos económicos.

Mas é a única matéria que me parece, mas isso nós não temos a ver, quer dizer, que é questionável que nós tenhamos de ter, para que seja necessário colocar esta chancela não minimiza minimamente o interesse evidentemente do projecto. E, portanto, não tenho mais nada a acrescentar neste momento.”

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰²⁷

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁸

“Relativamente a esta matéria, é indiscutível de facto o interesse económico do papel que esta empresa tem desempenhado no concelho. Não só dinamizando a economia local, mas também regional e nacional. Portanto será sempre objecto da nossa aprovação.

No entanto gostaria que, em situações futuras, que as empresas proponentes dissessem exactamente o que é que pretendem. Onde pretendem e quando pretendem investir?

Porque isso é muito importante para definir o seu grau de relevância e o mérito do projecto.

Se há uma candidatura para um fundo, seja ele nacional ou comunitário, naturalmente que todos os termos do investimento têm que estar devidamente claros, precisos. E portanto acho que sinceramente (eu peço desculpa) falhou essa informação.

Falou-se e muito bem de todo o passado da empresa e de toda a relevância, do contributo que a empresa tem dado, daquilo que quer continuar a fazer. É louvável, é altamente meritório. Mas meus caros amigos falta aqui qualquer coisa! Eu não deixo de dar o meu apoio a quem tem esta intenção e a todas as empresas que tenham a nobre intenção de investir e de criar riqueza não só em Portugal mas sobretudo no nosso concelho. Muito obrigado.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁹

“Nesta bancada, na bancada do Partido Social-democrata gostamos e queremos empresas mais fortes, porque possibilitam melhor economia, melhor emprego, mais emprego e mais riqueza. Estamos a falar de uma empresa, a “Motrinde” montagens técnicas e reparações industriais e quer que a autarquia lhe conceda o reconhecimento de interesse económico para o concelho, para poder candidatar-se ao sistema de incentivos à qualificação e internacionalização de PME’s. Estamos a falar de uma empresa que emprega 180 pessoas e que em 2009 viu-se a ser atribuído o galardão de PME, líder 2009 pelo IAPMEI. Por outro lado estamos a falar de uma empresa que cumpre vários critérios no âmbito ambiental, ostentando distinções com o melhor desempenho ambiental atribuído pela ECOLUB. Além disso, na sua experiência mostra-se ser uma empresa amiga ou próxima ou colaboradora de iniciativas de âmbito social relevantes.

No âmbito empresarial e visto que este sistema de incentivo à qualificação internacionalização de PME’s tem um regulamento que no seu artigo 2, e quanto ao âmbito, refere aplicar-se a projectos que no âmbito das PME’s visa a inovação, modernização e internacionalização, através da utilização de factores dinâmicos de competitividade. E no artigo 3 quanto aos objectivos visa, a promoção da competitividade das empresas, através do aumento da produtividade, na flexibilidade e capacidade de resposta e presença activa das PME’s no mercado global. Sendo assim, desta bancada, a bancada do Partido Social Democrata, esta empresa Motrinde só pode contar com o nosso voto favorável e o desejo de todos os anseios de expansão da mesma se cumpram. Para bem da empresa, dos trabalhadores, dos accionistas e da economia do concelho e do país.”

Vogal António Neto (BE)⁰³⁰

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³¹

“Senhor Presidente boa-noite. Eu primeiro deixava a questão do tempo não é. Porque provavelmente esta coisa das candidaturas tem prazos e o processo deles que entrou no final de Dezembro e estamos em Junho, só agora aprovado, o parecer técnico é de Fevereiro, a deliberação da Câmara é de Fevereiro e, portanto, enfim, se queremos também contribuir de alguma forma para ajudar uma empresa do concelho a obter algum resultado positivo numa candidatura também teremos que ser um bocadinho céleres. Mas as empresas já vão sendo habituadas a isso.

Depois para dizer que temos, do meu ponto de vista em relação a esta questão em concreto, não me oferece grande dúvida. Mas temos que decidir um critério ou pelo menos vamos ter que decidi-lo nem que seja de alguma forma para o futuro em relação a este tipo de situações — que se calhar nos vão acontecer mais vezes.

Eu penso que esta empresa acabou por fazer este pedido, porque é mais fina do que as outras ou mais ágil. Porque eu penso que isto não é condição “sine qua non” para atribuir-lhes mais uns pontos que provavelmente farão com que a candidatura deles tenha maior capacidade de sucesso. Penso que será isso.

Em relação à questão da responsabilidade social e da questão da precariedade. Uma empresa com esta dimensão, oh deputado Ivar Corceiro, eles para já na página deles têm aqui uma página de recrutamento. E olhe que são poucas as empresas agora em Portugal que têm a parte de recrutamento. E eles pedem entre outras coisas soldadores, serralheiros civis e tubistas. Um soldador, se for a trocar de soldador de seis em seis meses, não se ganha para formar o soldador. E portanto é exactamente ao contrário. Este tipo de trabalho especializado ganha-se muito mais em termos de produtividade para a empresa do ponto de vista do privado

e de quem faz a gestão do dinheiro, do que propriamente em relação à questão da precariedade. E portanto não acredito. Admito que haja, é evidente.

E depois são muito poucas as empresas que empregam mais de 180 trabalhadores em Aveiro! Se pensarmos bem, há muito poucas. Haverá mais umas cinco, eventualmente. E portanto é evidentemente uma empresa relevante. Para além de que a empresa, tem o número de contribuinte iniciado por 503, portanto esta empresa deve ter qualquer coisa como vinte e cinco anos ou coisa do género — se não tiver mais. E eu fui ver também aqui, às vezes também interessa e lá calha, se tinham entregado as Contas deste ano — podia ser um sinal de que a empresa não estivesse bem, mas também está tudo direitinho em termos de registos comerciais. Entregaram a contabilidade, não há dívidas à Segurança Social e, portanto, parece-me que é uma empresa que para além do que é conhecido, para quem conhece mais ou menos o tecido empresarial de Aveiro, e é preciso que nós estejamos atentos a isso, somos membros da Assembleia Municipal também temos essa obrigação, de perceber que a empresa há muito que vem contribuindo e laborando sem grandes celeumas e com um resultado operacional positivo no que é o trabalho de uma empresa e a preocupação social que uma empresa pode ter para com o concelho ou para um município. E disse.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[032](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Bom, este pedido que aqui nos foi trazido, tem pelo menos por parte da empresa esta virtude que nós ficarmos a conhecer esta empresa. Eu pelo menos não conhecia esta empresa e pelo menos fiquei bem impressionado.

Não tenho conhecimento de tudo o que se passa no tecido económico do nosso município e por isso fico contente quando estas coisas vêm aqui.

E por isso também o facto de haver alguma iniciativa das empresas de se fazerem e de mostrarem, também penso que será importante.

E por isso mais agradado fico, quando se refere que realmente os rendimentos que esta empresa tem são mantidos no concelho de Aveiro — o que me parece muito importante, e que também a quantidade de funcionários que tem também é importante, teve um prémio já atribuído pelo IAPMEI, prémio PME líder 2009.

Mas o que parece que é importante e a questão que se coloca aqui, e que foi aqui colocada pelo PS e já nós aqui tínhamos conversado também na nossa bancada, que tem a ver com os critérios.

E a questão põe-se assim: - eu não estou a ver nenhuma empresa do nosso município que peça o reconhecimento de interesse económico de modo a integrar um documento passado pela Câmara e passado aqui por esta Assembleia para se candidatar ao sistema de incentivos à qualificação e internacionalização (seja isso o que for) que esta Câmara e esta Assembleia não dissesse que sim, não é? E por isso parece-me que o critério aqui é este. É todas as empresas que tragam investimento, que tragam funcionários, parece-me que é um pouco assim e por isso o não haver critérios, o critério é esse. Tudo o que vier ajudar a nossa economia e principalmente com aquilo que possamos dizer, as benfeitorias que esta empresa tem feito ao nosso município — e também aqui estão elencadas um conjunto de causas sociais. Causas ligadas ao desporto, causas ligadas a igrejas, também já aqui foi referido e penso que também isso, toda essa interação com a comunidade e por isso uma empresa que me parece que surge de apoio à grande indústria de Cacia. E por isso venham outras empresas. E por isso, que haja mais iniciativas de empresas em candidatarem-se realmente a estes incentivos europeus, que realmente acho que esta Assembleia Municipal devia aqui também estar juntamente com a Câmara para incentivar essas empresas a que façam isto — e que por isso, não temos dúvidas quanto ao reconhecimento que aqui é pedido. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³³

“Oh Professor, quando fizermos este “reconhecimento de interesse económico” a empresa vai passar a usar um dístico como também já usa provavelmente a dizer que foi uma PME excelência e não sei quê, que são prémios e atribuições que tem, e vai passar a utilizar.

E no caso da Motrinde eu estarei favorável a isso. Mas tem que haver um critério efectivamente. Porque é a atribuição de um galardão que fica. Do mérito que fica. Que depois vai aparecer e estar vinculado e que vai vincular a imagem do município a determinada entidade. E portanto da Motrinde sim senhor, porque acho que até nos apresentou um histórico como é evidente, e tem uma empregabilidade completamente diferente, tem uma facturação e procura um projecto específico. Mas alto lá Professor, pergunto-lhe se não quer reconsiderar a sua posição do não critério?”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁴

“Não, não quero. E não quero simplesmente porque quando nós caminhamos ou estabelecemos alguns critérios rígidos, que não aqueles que saiam do bom senso de quem pede e do bom senso de quem concede, nós caímos em situações eventualmente injustas.

Por que é que se só tiver 50 funcionários já serve e se tiver 49 não serve? Ou se facturar um milhão de euros já serve, mas se facturar só novecentos mil já não serve, ou qualquer outro critério assim.

E por isso é nestes casos que eu prefiro que haja o bom senso por parte das empresas e que as empresas sintam que realmente devem merecer esse galardão. E por isso, depois está aqui a Câmara Municipal de Aveiro, está aqui a Assembleia Municipal, para caso a caso decidirem se justifica ou não a atribuição deste galardão. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:⁰³⁵

“Apenas um esclarecimento. Foi levantada uma questão formal da questão do porquê os quatro meses de deferimento entre a aprovação da Câmara e a vinda à Assembleia Municipal. Obviamente que a Mesa não tem qualquer tipo de responsabilidade em relação a este mesmo atraso de quatro meses, o agendamento foi da responsabilidade da Câmara Municipal.”

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:⁰³⁶

“Muito rapidamente duas notas. Uma congratulação por esta imagem positiva que a Assembleia passa na sua generalidade a favor das empresas aveirenses e da sua capacidade — e este é um excelente exemplo. Obrigado por essa imagem. A segunda, claro, tão positiva como a primeira. Responder ao nosso deputado do BE, para dizer que de facto aqui o objectivo é a utilização de dinheiros públicos.

Todas as candidaturas ao sistema de incentivos é o objectivo de utilizarem dinheiro público — o dinheiro do QREN é dinheiro público de todos os portugueses e de todos os europeus.

E portanto, é sempre importante termos essa noção e que não fique por aí que não vote a favor ou contra, fique esclarecido, o objectivo é utilizar dinheiros públicos.

Só uma última nota. Este processo foi especificamente para uma candidatura. E, portanto, foi analisado apenas e só à luz dessa candidatura.

Há processos similares que já aqui têm vindo e que vocês têm analisado em relação ao reconhecimento de interesse económico que têm a ver com benefícios directos em relação a impostos municipais.

Estes processos estão a ser analisados pelos técnicos da Câmara à luz de dois critérios — e isso aí, os critérios tem a ver com o número de empregos e o que é que isso representa versus redução de impostos municipais. Para já era só. Muito obrigado.”

(Entretanto saíram da Sala os Vogais João Alberto Simões Barbosa, Fernando Tavares Marques e Maria Inês de Sousa Botelho de Azevedo Mineiro)

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰³⁷

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰³⁸

Vogal António Neto (BE)⁰³⁹

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁴⁰

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto n.º 2 – MOTRINDE – Montagens Técnicas e Reparações Industriais, LDA – reconhecimento de interesse Económico para o Concelho – deliberação,⁰⁴¹ sendo a mesma aprovado por maioria com vinte e oito votos a favor (PSD17+CDS4+PS6+IND1), três abstenções (BE2+PCP1), e zero votos contra.

Seguiram-se as declarações de voto dos Vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰⁴²

“Só para dizer que a opção de voto do PCP, portanto pela abstenção, prende-se com o facto de não se ter definido qualquer critério para a opção no reconhecimento de interesse concelhio às empresas.”

Vogal Ivar Corceiro (BE):⁰⁴³

“O BE absteve-se pura e simplesmente porque a informação que nos chegou é pobre e não define características que seriam essenciais na empresa, nomeadamente na sua relação com os trabalhadores. Muito obrigado.”

PONTO 4. – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A BIBLIOTECA, ARQUIVO HISTÓRICO E MUSEU:

4.1 - Adjudicar a prestação de serviços para manutenção da solução de gestão (winlib 2000) em uso na rede de bibliotecas escolares de Aveiro;

4.2 - Adjudicar a prestação de serviços para manutenção do sistema gestão integrada (horizon) a funcionar na biblioteca de Aveiro.

(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal, em reunião extraordinária de 23/05/2013, sobre os assuntos em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Vereador ⁰⁴⁴com o pelouro, em virtude da ausência do Presidente da Câmara, para a apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:⁰⁴⁵

“Senhor Presidente, muito obrigado. Este Ponto é um Ponto relativamente perceptível, nós aquando da apresentação do Orçamento para 2013, trouxemos aqui um grupo de prestações de serviços que eram para processos plurianuais. Algumas não foram incluídas como é este caso. E portanto trazemos aqui devido a essa questão.

Estamos a falar de uma prestação de serviços que irá ocorrer em vários exercícios económicos e portanto é esse o motivo por que tem que vir à Assembleia Municipal.

Em relação às prestações em concreto, tem a ver com a gestão integrada das bibliotecas e arquivo municipal. Entre a biblioteca municipal e também de todas as bibliotecas escolares. E é por causa disso que estamos a falar do ajuste directo. Porque são aquelas que detêm os equipamentos e portanto teríamos forçosamente que fazer com estas entidades porque são elas que têm ao fim e ao cabo o software instalado na biblioteca municipal e nas bibliotecas escolares.”

De seguida o Presidente da Mesa procedeu à inscrição dos senhores deputados para as intervenções sobre o assunto em epígrafe.

Membros da Assembleia

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁶

“Eu queria começar por dizer que acho delicioso que o executivo considere que deve trazer (como disse o Vereador) à Assembleia Municipal estes dois ajustes directos, por uma coincidência a mesma empresa a NOVABASE, depois de se ter esquecido por exemplo de trazer a proposta que felizmente por vossa incompetência não foi em frente, da concessão do estacionamento em Aveiro.

Bem, mas numa análise política a este Ponto, não pode nem deve ser feito apenas com esta informação que aqui é apresentada. Nos ajustes directos entre 5.000 e 74.999 euros deve haver sempre um convite a várias entidades.

O que nos é dito aqui nos documentos é que a NOVABASE foi em ambos os ajustes directos a única empresa a fazer propostas à Câmara Municipal de Aveiro — isso é no mínimo, na nossa opinião, esquisito e revelador.

Vocês não dizem quantas empresas convidaram para apresentar propostas, nem quais, e no fim limitam-se a dizer que apenas uma empresa respondeu.

Ora em nome da transparência política, da gestão dos dinheiros públicos, o mínimo que deviam fazer era informar esta Assembleia de quantas e quais empresas convidaram para este ajuste directo e porque é que só uma respondeu?

E ainda assim, sublinho, que mesmo que o fizessem e principalmente nos tempos de crise que vivemos, só pode haver um motivo para apenas uma empresa ter concorrido — e esse motivo é a Câmara não ter convidado as empresas do sector.

Bem ou isso ou ninguém acreditar que a Câmara pretende efectivamente pagar.

Ainda assim, como eu estava a dizer, sublinho que mesmo que o fizessem e principalmente nos tempos de crise que vivemos, só pode haver um motivo para apenas uma empresa ter concorrido e esse motivo na nossa opinião é a Câmara não ter convidado para este ajuste directo as empresas certas do sector. Ou isso, ou ninguém acreditar (como eu estava a dizer) que a Câmara pretende efectivamente pagar o valor envolvido. Mas isso não deve ter sido em conta porque como vocês próprios cegamente pagam tudo e mais alguma coisa! E eu nesse aspecto gostava de referir que até me lembro do slogan do Presidente Élio Maia quando candidato pela coligação PSD/CDS de que era “é, quem paga”. Posso concluir por aqui que Élio Maia é quem paga e também quem faz ajustes directos sem convidar mais do que uma empresa para conseguir um preço melhor paga mais. Portanto dos dinheiros públicos paga mas poupa menos. Muito obrigado.”

(Entretanto reentraram na Sala os Vogais João Alberto Simões Barbosa e Maria Inês de Sousa Botelho de Azevedo Mineiro)

Vogal António Neto (BE)⁰⁴⁷

Vogal Paulo de Jesus (PS)⁰⁴⁸

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁴⁹

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:⁰⁵⁰

“Muito rapidamente. Nós estamos aqui a falar de um ajuste directo a uma empresa que é a empresa que tem este software específico.

No país só existem duas empresas de software para as bibliotecas. É esta e é uma outra que foi na altura consultada quando foi colocado o sistema pela primeira vez.

Neste momento nós temos aqui duas alternativas (e isto estamos a falar do alargamento da rede para as bibliotecas escolares). Uma é termos o mesmo software (e estamos a falar também já de um contrato de manutenção por vários anos) ou substituímos todo o software. Isto é como se nós estivéssemos, por exemplo o no nosso caso ERP é da AIRC. Se nós quisermos mudar para a MEDIADATA temos que substituir tudo integralmente. É assim, não há aqui muito a fazer.”

Membros da Assembleia

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵¹

“Fiquei impressionado. A Câmara Municipal de Aveiro pelos vistos consegue ficar presa por opções que faz no software que utiliza! Fica presa a duas empresas, por optar entre duas empresas. Mesmo assim olhamos para os documentos que nos são apresentados e só há orçamento de uma empresa. Ou seja, estamos a falar de quantias que variam entre os cinco mil euros e os setenta e quatro mil e novecentos e noventa e nove, e o regime geral da adjudicação directa diz que se deve convidar várias empresas. Neste âmbito a Câmara Municipal de Aveiro consegue ter só um Orçamento de uma só empresa para uma quantia que já é uma quantia que se deve ter em conta, principalmente nos tempos que correm e, portanto, o Bloco não pode concordar com isto nem aprovar esta matéria. Muito obrigado.”

(Entretanto saiu da sala o Vogal Pedro Machado Pires da Rosa)

Vogal António Neto (BE)⁰⁵²

Vogal Paulo de Jesus (PS)⁰⁵³

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto n.º 4 – Prestação de Serviços para a Biblioteca, Arquivo Histórico e Museu:

4.1- Adjudicar a prestação de serviços para a manutenção da solução de gestão (WINLIB2000) em uso na rede de bibliotecas escolares de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria,⁰⁵⁴ com vinte e nove votos a favor (PSD17+CDS5+PS6+IND1), uma abstenção (PCP1), e dois votos contra (BE2).

4.2- Adjudicar a prestação de serviços para a manutenção do sistema gestão integrada (HORIZON) a funcionar na Biblioteca de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria,⁰⁵⁵ com vinte e nove votos a favor (PSD17+CDS5+PS6+IND1), uma abstenção (PCP1), e dois votos contra (BE2).

Seguiu-se a declaração de voto do Vogal:

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰⁵⁶

“O BE é contra a adjudicação directa e é ainda mais contra, quando a adjudicação directa é apenas uma negociata com dinheiros públicos da Câmara Municipal e uma empresa. Muito obrigado.”

(Reentrou na sala o Vogal Pedro Machado Pires da Rosa)

Presidente da Mesa:[057](#)

Continuando, o Presidente da Mesa, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada[058](#) por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Nada mais havendo a tratar, o presidente da Mesa deu por encerrada[059](#) a Sessão Ordinária de Junho.

Eram 22:30 horas do dia 25 de Junho de 2013.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(2:00)